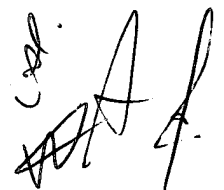


**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		<b><u>101.402.011,06</u></b>	<b><u>112.378.330,37</u></b>
<u>DISPONIBILIDADES</u>	4.a	<u>7.243.398,26</u>	<u>6.675.965,76</u>
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA (SIAC)		7.243.398,26	6.675.965,76
<u>CRÉDITOS</u>		<u>83.439.435,82</u>	<u>95.069.309,47</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.424.269,02	90.680.631,69
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(238.125,68)	(233.528,61)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.735.090,63	2.285.769,98
OUTROS CRÉDITOS	4.e	6.518.201,85	2.336.436,41
<u>ESTOQUES</u>		<u>9.602.673,04</u>	<u>9.648.693,87</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	18.042,81	31.660,56
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	582.393,42	593.267,65
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	9.002.236,81	9.023.765,66
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>		<u>1.116.503,94</u>	<u>984.361,27</u>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		<b><u>65.485.106,27</u></b>	<b><u>36.624.441,10</u></b>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>8.418.672,49</u>	<u>3.357.512,14</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.h	8.418.672,49	3.357.512,14
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.j e 5	<u>14.620.915,94</u>	<u>23.851.200,32</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.k e 6	<u>9.352.083,73</u>	<u>9.264.340,24</u>
<u>BENS DE TERCEIROS</u>	4.l	<u>32.942.045,71</u>	<u>0,00</u>
<b><u>TOTAL DO ATIVO</u></b>		<b><u>166.887.117,33</u></b>	<b><u>149.002.771,47</u></b>



**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015****(Valores expressos em reais)**

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		<b><u>65.260.084,06</u></b>	<b><u>60.246.030,37</u></b>
FORNECEDORES		19.132.636,05	16.865.400,91
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		15.472.491,24	12.183.302,05
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		8.503.871,02	8.182.206,63
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		16.062.292,45	15.203.691,72
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	4.727.149,66	6.492.175,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.361.643,64	1.319.254,06
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		<b><u>54.499.034,97</u></b>	<b><u>17.103.149,04</u></b>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	21.556.989,26	17.103.149,04
BENS DE TERCEIROS	4.l	32.942.045,71	0,00
<b><u>TOTAL DO PASSIVO</u></b>		<b><u>119.759.119,03</u></b>	<b><u>77.349.179,41</u></b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b><u>CAPITAL SOCIAL</u></b>		<b><u>105.319.287,84</u></b>	<b><u>105.009.999,92</u></b>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	105.319.287,84	105.009.999,92
<b><u>RESERVAS DE CAPITAL</u></b>		<b><u>7.863,68</u></b>	<b><u>7.863,68</u></b>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<b><u>PREJUÍZO ACUMULADO</u></b>	7.b	<b><u>(58.199.153,22)</u></b>	<b><u>(33.364.271,54)</u></b>
<b><u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>		<b><u>47.127.998,30</u></b>	<b><u>71.653.592,06</u></b>
<b><u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>		<b><u>166.887.117,33</u></b>	<b><u>149.002.771,47</u></b>

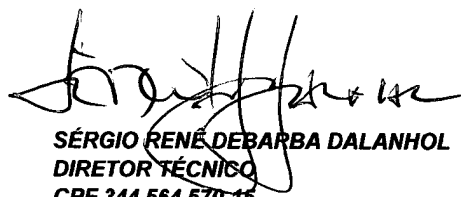
**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**



**ANTÔNIO RAMOS GOMES**  
DIRETOR-PRESIDENTE  
CPF 148.333.790-15



**DEBORAH PILLA VILLELA**  
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE  
CPF 488.442.760-20



**SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL**  
DIRETOR TÉCNICO  
CPF 344.564.570-15



**PAULO FERNANDO KAPP**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO  
CPF 172.596.590-04




**ANDRÉA ALVES RIBEIRO**  
CONTADORA CRC-RS 76.011  
CPF 658.564.810-20

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS  
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESTATUTÁRIA		
<b>SALDO EM 31.12.2014</b>	<b>105.009.999,92</b>	<b>7.863,68</b>	<b>45.899,10</b>	<b>3.230.424,36</b>	<b>0,00</b>	<b>108.294.187,06</b>	
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	(4.567.410,72)	(4.567.410,72)	
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(32.073.184,28)	(32.073.184,28)	
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	
- RESERVA LEGAL	-	-	(45.899,10)	-	45.899,10	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	(3.230.424,36)	3.230.424,36	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	
<b>SALDO EM 31.12.2015</b>	<b>105.009.999,92</b>	<b>7.863,68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.364.271,54)</b>	<b>71.653.592,06</b>	
AUMENTO DE CAPITAL	309.287,92	-	-	-	-	309.287,92	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	(641.963,58)	(641.963,58)	
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(24.192.918,10)	(24.192.918,10)	
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	
- RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	
<b>SALDO EM 31.12.2016</b>	<b>105.319.287,84</b>	<b>7.863,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(58.199.153,22)</b>	<b>47.127.998,30</b>	

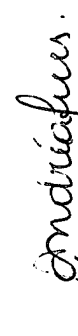
*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

  
**ANTÔNIO RAMOS GOMES**  
DIRETOR-PRESIDENTE  
CPF 148.333.790-15

  
**DEBORAH PILLA VILLELA**  
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE  
CPF 488.442.760-20

  
**SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL**  
DIRETOR TÉCNICO  
CPF 344.564.570-15

  
**PAULO FERNANDO RAPP**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO  
CPF 122.596.590-04

  
**ANDRÉA ALVES RIBEIRO**  
CONTADORA CRC-RS 76.011  
CPF 658.564.810-20




**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Valores expressos em reais)

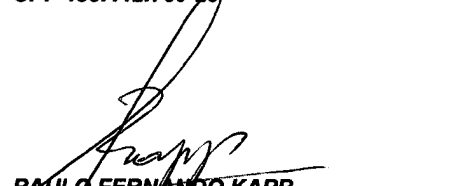
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.p	281.002.312,02	275.003.107,69
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.p	(34.717.862,34)	(24.833.822,21)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>246.284.449,68</b>	<b>250.169.285,48</b>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(205.963.432,41)	(204.955.469,28)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>40.321.017,27</b>	<b>45.213.816,20</b>
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>(68.005.198,96)</u>	<u>(79.696.312,20)</u>
DESPESAS COM VENDAS		(6.315.630,26)	(6.879.372,99)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(64.760.700,61)	(73.270.347,44)
DESPESAS FINANCEIRAS		(955.502,11)	(651.261,04)
RECEITAS FINANCEIRAS		4.026.634,02	1.104.669,27
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.489.906,23	2.407.100,95
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(24.194.275,46)</b>	<b>(32.075.395,05)</b>
OUTRAS RECEITAS		2.200,73	9.228,57
OUTRAS DESPESAS		(843,37)	(7.017,80)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO</b>			
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(24.192.918,10)</b>	<b>(32.073.184,28)</b>
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	4.p	<b>(24.192.918,10)</b>	<b>(32.073.184,28)</b>
Prejuízo por lote de mil ações		55,95	74,49

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

  
**ANTÔNIO RAMOS GOMES**  
DIRETOR-PRESIDENTE  
CPF 148.333.790-15

  
**DEBORAH PILLA VILLELA**  
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE  
CPF 488.442.760-20

  
**SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL**  
DIRETOR TÉCNICO  
CPF 344.564.570-15

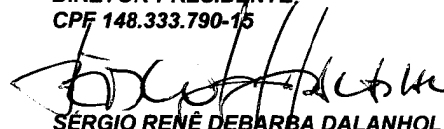
  
**PAULO FERNANDO KAPP**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO  
CPF 122.596.590-04


  
**ANDRÉA ALVES RIBEIRO**  
CONTADORA CRC-RS 76.011  
CPF 658.564.810-20

<b><u>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>	<b><u>Nota</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
	<b><u>Explicativa</u></b>		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(24.192.918,10)	(32.073.184,28)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:			
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO		13.937.548,09	18.727.067,23
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	4.q	4.514.527,77	19.394.477,68
REVERSÃO PROVISÃO CONTINGÊNCIAS CÍVEIS		(60.687,55)	-
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	4.q	4.597,07	1.634.422,41
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		<u>(641.963,58)</u>	<u>(4.567.410,72)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO		<u>(6.438.896,30)</u>	<u>3.115.372,32</u>
VARIAÇÕES DO ATIVO			
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER		(3.631.086,09)	(33.834,59)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS		(5.061.160,35)	(717.759,67)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		(132.142,67)	(2.892,69)
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.q	15.256.362,67	(18.609.347,55)
REDUÇÃO DOS ESTOQUES		46.020,83	7.862.691,39
VARIAÇÕES DO PASSIVO			
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS		1.152.289,08	1.278.316,72
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE		634.296,86	178.143,45
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR		70.365,62	102.434,81
AUMENTO DE FORNECEDORES		2.267.235,14	8.903.950,48
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS		2.654.892,33	(78.997,06)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	4.q	(1.765.025,34)	(537.281,12)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>5.053.151,78</b>	<b>1.460.796,49</b>
<b><u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u></b>			
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS		843,37	7.594,80
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS		(1.184.039,50)	(6.361.703,26)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS		(3.611.811,07)	(1.216.536,67)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(4.795.007,20)</b>	<b>(7.570.645,13)</b>
<b><u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u></b>			
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		309.287,92	0,00
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>309.287,92</b>	<b>0,00</b>
<b><u>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u></b>		<b><u>567.432,50</u></b>	<b><u>(6.109.848,64)</u></b>
		<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
CAIXA		0,00	3.744,85
BANCOS		867.156,24	1.060.880,69
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)		<u>6.376.242,02</u>	<u>5.611.340,22</u>
		<u>7.243.398,26</u>	<u>6.675.965,76</u>
			<u>VARIACÃO</u>
			(3.744,85)
			(193.724,45)
			<u>764.901,80</u>
			<u>567.432,50</u>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

  
**ANTÔNIO RAMOS GOMES**  
 DIRETOR-PRESIDENTE  
 CPF 148.333.790-15

  
**SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL**  
 DIRETOR TÉCNICO  
 CPF 344.564.570-15

  
**DEBORAH PILLA VILLELA**  
 DIRETORA-VICE-PRESIDENTE  
 CPF 488.442.760/20

  
**PAULO FERNANDO KAPP**  
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO  
 CPF 122.596.590-04

  
**ANDRÉA ALVES RIBEIRO**  
 CONTADORA CRC-RS 76.011  
 CPF 658.564.810-20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
**(Valores em Reais)**

### **1. Contexto Operacional**

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda, na prestação de serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública de outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam 2% da receita total da Companhia.

### **2. Regime Tributário**

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

### **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008, de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/2009 e 1.285/2010).

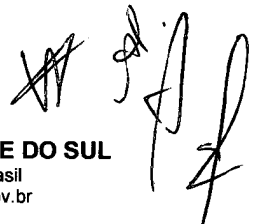
### **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **(a) Disponibilidades**

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **(b) Contas a Receber de Clientes**

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:



<b>Créditos em Aberto</b>	<b>Valor</b>
Vencidos até 2014	24.191.014,55
Vencidos em 2015	10.416.885,34
Vencidos em 2016	14.394.400,13
Vincendos	26.421.969,00
<b>TOTAL</b>	<b>75.424.269,02</b>

O montante de recebimentos oriundos de faturas, que ingressou no caixa da Companhia no exercício de 2016 somou R\$ 293.295.777,79. Deste valor, foram recebidas faturas das seguintes competências:

- Até 2014: R\$ 13.262.862,77 = 4,52%
- 2015: R\$ 41.637.825,15 = 14,20%
- 2016: R\$ 238.395.089,87 = 81,28%

**(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa**

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

**(d) Créditos de Pessoal**

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

**(e) Outros Créditos**

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente tributos), impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

Em INSS a Compensar, foram lançados no exercício de 2016, valores recuperados através de sentença favorável à Companhia, nos processos abaixo, pagos anteriormente à Previdência Social.

Processo nº 5076959-90.2015.04.04.7100/RS movido contra a União - Fazenda Nacional, após declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal – STF, da contribuição previdenciária de 15% incidente sobre os serviços prestados por cooperativa de trabalho. Foram recuperados os recolhimentos referentes aos períodos de novembro/2010 a agosto/2015, devidamente corrigidos monetariamente.

Valor Histórico - Processo nº 5076959-90.2015.04.04.7100/RS	2.409.558,97
Atualização SELIC até out/2016	846.620,93
Atualização SELIC até nov/2016	25.886,42
Atualização SELIC até dez/2016	18.109,11
Utilização em Guias de 2016	(2.740.806,17)
Saldo em 31/12/2016	<b>559.369,26</b>

Processo nº 5010417-66.2010.404.7100/RS movido contra a União - Fazenda Nacional, pleiteando a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre as verbas de (a) primeira quinzena do auxílio doença, (b) auxílio creche e (c) aviso prévio indenizado. Foram recuperados os recolhimentos indevidos referentes aos períodos de maio/2005 a setembro/2016, devidamente corrigidos monetariamente.

Valor Histórico Processo nº 5010417-66.2010.404.7100/RS	1.589.114,65
Atualização SELIC até out/2016	1.042.564,49
Atualização SELIC até nov/2016	27.632,63
Atualização SELIC até dez/2016	27.656,84
Saldo em 31/12/2016	<b>2.686.968,61</b>

**(f) Estoques de Materiais**

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

**(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo**

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2014 e 2015 ficaram diferidos os valores de R\$ 14.669.100,71 e R\$ 9.023.865,66 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas no momento. Em 2016 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$ 9.002.236,81, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita.

Na Demonstração do Resultado do exercício de 2016, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$ 205.963.432,41 que referem-se a todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços. Neste total está incluído o valor de R\$ 4.726.920,27 diferido em 2015 e 2016 e que foi levado a resultado em 2016, quando da realização da receita. Objetivando atender o princípio da competência, em 2016 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$ 4.705.391,42 referente a projetos ainda não faturados.

<b>Estoque Serviços Prestados Diferidos em Exercícios Anteriores</b>		<b>9.023.765,66</b>
Valor Diferido em 2016 (Projetos Novos)	1.842.046,95	
Valor Diferido em 2016 (Projetos Antigos)	2.863.344,47	
<b>Total dos Valores Diferidos em 2016</b>		<b>4.705.391,42</b>
Apropriação como Custo (Exercícios Anteriores – Projetos Antigos)	(4.577.275,02)	
Apropriação como Custo (Exercício Atual – Projetos Novos)	(149.645,25)	
<b>Total Apropriado como Custo</b>		<b>(4.726.920,27)</b>
<b>Valor Diferido para Exercícios Futuros</b>		<b>9.002.236,81</b>



#### **(h) Depósitos Judiciais**

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

#### **(i) Investimentos**

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

#### **(j) Imobilizado**

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

#### **(k) Intangível**

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

#### **(l) Bens de Terceiros**

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos e termos de cedência. Os bens incorporados nesta conta, foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

#### **(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social**

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

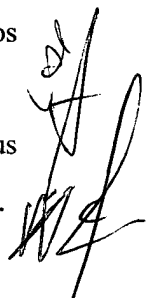
#### **(n) Passivo Circulante e Não Circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos e termos de cedência.

**PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil  
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br



**(o) Outras Obrigações**

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

**(p) Resultado do Exercício**

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 281.002.312,02 apresentando um crescimento nominal de R\$ 5.999.204,33 (2,18%) em relação ao exercício de 2015. Apesar deste crescimento apresentado, houve uma majoração de alíquotas de tributos incidentes sobre a receita dos serviços prestados pela Companhia, o que elevou em 39,8% as Deduções da Receita Bruta. À partir de janeiro de 2016, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-CPRB passou de 2% para 4,5% e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS passou de 25% para 30%, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 9.884.040,13 se comparado ao exercício anterior.

O Prejuízo do Exercício foi de R\$ 24.192.918,10 demonstrando um decréscimo nominal de R\$ 7.880.266,18 (24,57%) em relação ao exercício de 2015. Entre os principais fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício, estão os custos de depreciação e amortização, a apropriação como custo de valores diferidos anteriormente, a provisão para passivos trabalhistas.

**(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa**

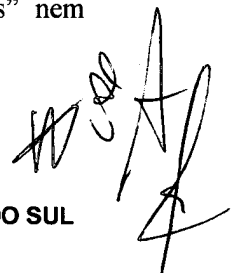
A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

Seguindo orientação da Contadoria e Auditoria Geral do Estado-CAGE, a Companhia deve ajustar o prejuízo líquido pela adição da despesa com “Provisão para Contingências” e “Provisão para Credores Duvidosos” registrados no resultado do período. Em 2016, foi realizada uma revisão na apresentação desta demonstração em relação ao exercício de 2015. Foram feitas as seguintes reclassificações:

**PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** o valor de R\$ 537.281,12, efetivamente pago a título de contingência trabalhista no exercício de 2015 deveria estar em “Variações do Passivo” no item “Redução Contingências Trabalhistas” e não nos “Ajustes para Reconciliação” como constou na publicação anterior.

**PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS:** o valor de R\$ 1.400.893,80 baixado de clientes e lançado em perdas em 2015, deveria estar em “Variações do Ativo” no item “Redução de Contas a Receber de Clientes” e não nos “Ajustes para Reconciliação” como constou na publicação anterior.

As alterações foram necessárias para adequação da demonstração à norma contábil e em nada modificaram o saldo de “Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais” nem tampouco a “Redução de Líquidos de Caixa e Equivalentes de Caixa”.



## 5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	-- x --	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.300.071,26	7.949.492,62	3.350.578,64	4%
Equip. de Produção	82.944.444,83	76.216.555,50	6.727.889,33	40%
Equip. de Apoio	3.553.424,66	3.303.362,42	250.062,24	20%
Instalações/Outros	11.280.171,75	8.910.624,55	2.369.547,20	17% (1)
Benf. Prédios Terc.	983.724,24	978.310,90	5.413,34	20%
Imob. em andamento	147.518,00	-- x --	147.518,00	-- x --
<b>Totais</b>	<b>111.979.261,93</b>	<b>97.358.345,99</b>	<b>14.620.915,94</b>	

\*(1) Taxa Média

A Companhia avaliou a possibilidade de um ativo estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

O custo de depreciação apresentado na demonstração do resultado do exercício, nas rubricas Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais, foi de R\$ 13.937.548,09 advindo dos investimentos realizados com recursos provenientes de aporte de capital em exercícios anteriores. O aporte não gerou acréscimo na receita da Companhia, mas elevou o custo de depreciação nos períodos subsequentes ao investimento.

## 6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	36.302.260,42	26.958.833,42	9.343.427,00	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	--x--	5.745,65	-- x --
<b>Totais</b>	<b>36.310.917,15</b>	<b>26.958.833,42</b>	<b>9.352.083,73</b>	

## 7. Patrimônio Líquido

### (a) Capital Social

Em 2016 houve aumento de Capital Social no valor de R\$ 309.287,92 conforme Ata AGE nº 109 de 25/07/2016, integralizado com bens pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul. O capital subscrito passou para R\$ 105.319.287,84 composto de 432.423.189 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	430.252.252	99,49
OI S.A.	ON	1.366.594	0,32
<b>CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento</b>	<b>ON</b>	<b>431.557</b>	<b>0,10</b>
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,09
<b>Total das ações</b>		<b>432.423.189</b>	<b>100,00</b>

**PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil  
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

O valor patrimonial da ação em 31/12/16 é de R\$ 0,11

**(b) Prejuízo Acumulado**

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo do Exercício na Demonstração do Resultado	(24.192.918,10)
Ajustes de Exercícios anteriores:	
Ajustes Negativos (N.E. 10)	(641.963,58)
Prejuízo Líquido após Ajustes Exercícios Anteriores	<b>(24.834.881,68)</b>
Prejuízo Acumulado até Exercício 2015	(33.364.271,54)
<b>Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido até 2016</b>	<b>(58.199.153,22)</b>

**8. Outras informações**

**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 4916-00)	Incêndio	R\$ 218.554.900,00
Veículos (contrato 4797-00, 4929-00 e 4784-00)	Colisão, incêndio e roubo	*R\$ 617.807,30
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	R\$ 16.920.000,00

\*O valor segurado corresponde aos 25 veículos que compõe a frota da Companhia tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) na data do encerramento do exercício. (Cláusula 2.3 do contrato).

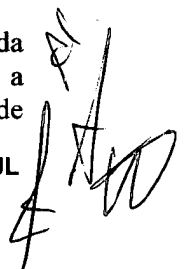
**(b) Provisões para Contingências**

A Companhia discute questões trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, conforme preconiza a Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas para o tratamento a ser dado a contingências passivas.

A ação cível refere-se ao Processo nº 105053178 de 15/11/2003, movido pela empresa Coester Pesquisa e Participações.

As ações trabalhistas somam R\$ 80.344.001,16 sendo que este valor foi apurado após análise das 580 ações existentes contra a Companhia até 31/12/2016, movidas por empregados, ex-empregados e terceiros, onde figuram principalmente:

- **Promoções por Antiguidade:** Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade



na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua grande maioria, sentenças procedentes, sendo que, pequena parte delas, com trânsito em julgado e já em fase de execução.

- **Desproporcionalidade da Tabela Salarial:** Nulidade da alteração de carga horária, cujo fato gerador das ações originou-se no exercício de 1986, quando a carga horária dos funcionários de 44 horas semanais passou para 40 horas e dos funcionários de 36 horas semanais passou para 30 horas. Tal alteração gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial, que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014. Este conjunto de ações possui decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes.
- **Desvio de função:** ações por desvio de função, decorrentes do reaproveitamento do pessoal oriundo do antigo setor de entradas de dados (digitação), atividade extinta na empresa e do mercado de informática há mais de 20 anos, cujos trabalhadores foram direcionados para outras atividades dentro da área operacional da Companhia. A empresa já está procedendo gestões interna e externa visando a regularização de tais situações.

Nº de Ações	Distribuição Quanto à Origem	Valor 2015	Valor 2016
432	Promoções Antiguidade	48.165.141,96	62.359.798,53
42	Desproporcionalidade da tabela salarial, vigente até junho/2014	14.880.010,57	11.289.889,06
22	Desvio de Função	0,00	2.451.917,80
4	SINDPPD/RS (Devolução de Imposto de Renda s/férias, dirigente sindical, diferença de horas extras)	5.861.213,32	1.457.197,33
40	Empresas terceirizadas (conservação e limpeza, transporte, vigilância)	843.633,91	862.768,46
10	Reintegração de funcionários desligados	484.227,31	1.099.885,21
30	Outros (vários reclamantes e pedidos)	1.332.328,88	822.544,77
<b>580</b>		<b>71.566.555,95</b>	<b>80.344.001,16</b>

\*Em "Outros" figuram principalmente pedidos referentes a: pensão por redução de capacidade laborativa, danos morais, danos materiais, redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde.

Utilizando o mesmo critério de 2015 foi considerado o percentual de 30% (trinta por cento) dos valores apurados no conjunto de ações de promoções por antiguidade, desproporcionalidade de tabela salarial, desvio de função e SindPPD e a integralidade dos demais valores, sem que com isso haja, no atual estágio, o reconhecimento dos fundamentos arguidos por parte dos reclamantes.

Assim, para fins de provisão e lançamento no Balanço Patrimonial, estimou-se que valor de R\$ 4.514.527,77 seria suficiente para suprir a expectativa de perda provável e desembolso com as ações, cíveis e trabalhistas, considerando o estágio atual das mesmas, o que elevou o saldo da provisão já constituída no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante para R\$ 26.284.138,92.

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Saldo Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	23.332.099,86	(1.765.025,34)	4.500.000,00	26.067.074,52	4.727.149,66	21.339.924,86
Cíveis	263.224,18	(60.687,55)	14.527,77	217.064,40	0,00	217.064,40
<b>Total</b>	<b>23.595.324,04</b>	<b>(1.825.712,89)</b>	<b>4.514.527,77</b>	<b>26.284.138,92</b>	<b>4.727.149,66</b>	<b>21.556.989,26</b>

**(c) Plano Complementar de Pecúlio/Pensões**

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio de pecúlio e pensões.

**9. Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI**

A adoção de um programa de desligamento voluntário, a pedido do empregado, concede segurança para que a gestão efetue uma redução na folha de pagamento, dentro dos preceitos legais. Assim, em 2016 foi instituído o Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI, visando a redução do custeio e a renovação do quadro de pessoal. O PEDI estabeleceu um conjunto de incentivos de ordem financeira e assistencial, para estimular a adesão dos empregados, no efetivo exercício de suas funções, que já tivessem aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS ou os que possuíam mais de 20 anos de vínculo com a Empresa.

O período de adesão ocorreu em março de 2016, sendo que 49 funcionários aderiram ao programa e foram desligados da Companhia, entre maio e novembro de 2016. O valor total de gastos com o PEDI, incluindo os incentivos financeiro e assistencial, somou R\$ 12.815.206,19 sendo computado na Despesa de Pessoal, no grupo de Despesas Gerais e Administrativas da Demonstração do Resultado do Exercício. Após a incidência do PEDI, a expectativa de economia com a folha salarial ficou em torno de R\$ 781.000,00 mensais à partir de 2017.

**10. Ajustes de Exercícios Anteriores**

Foi registrado, no Patrimônio Líquido, o ajuste negativo no valor de R\$ 641.963,58 referente à faturas com emissão nos exercícios de 2012 e 2013, conforme acerto com o cliente Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, em 24/06/2016.

